



PREFEITURA DE

BELEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO - SESAN



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 007/2015-SESAN/PMB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2015 – SESAN/PMB
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0001432955/2014-SESAN/PMB

TERMO DE CONTRATO N.º 007/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO – SESAN E A EMPRESA K. C. R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

O MUNICÍPIO DE BELÉM, NESTE ATO REPRESENTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO, SIMPLEMENTE - SESAN, SEDIADA NA AV. ALMIRANTE BARROSO, Nº 3110, SOUZA, CNPJ Nº 04.789.822/0001-54, POR INTERMÉDIO DE SEU SECRETÁRIO DINO RAUL CAVET, RG Nº. 136301 – MAER/PR, CPF/MF Nº. 072.250.089-00; DORAVANTE DENOMINADA APENAS CONTRATANTE E A EMPRESA, K. C. R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. COM SEDE EM ARAÇATUBA (SP) NA RUA MAL. MASCARENHAS DE MORAES, Nº. 88, BAIRRO: PIQUE INDUSTRIAL, CEP Nº. 16075-370, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 09251267/0001-90, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SR. MARCOS RIBEIRO JÚNIOR, BRASILEIRO, PORTADOR CPF Nº. 226.722.708-80, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE CONTRATO Nº 007/2015, COM FUNDAMENTO NA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, RESULTANTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2015 – SESAN/PMB, CONSOANTE O PROCESSO- Nº. 0001432955/2014 - SESAN, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES QUE RECIPROCAMENTE SE OUTORGAM E SE OBRIGAM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 O PRESENTE CONTRATO SERÁ REGIDO PELO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, LEI FEDERAL Nº 10.520/02, DECRETO FEDERAL Nº 5.504/05, DECRETOS MUNICIPAIS Nº 47.429/05, Nº 49.191/05, Nº 64.684/10 E 48.804A/05, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO ASSUNTO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 O PRESENTE CONTRATO VINCULA-SE ÀS REGRAS DISPOSTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 014/2015 (PREGÃO ELETRÔNICO) E AOS TERMOS DA PROPOSTA VENCEDORA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

3.1 A MINUTA DESTES CONTRATO FOI APROVADA PELA ASSESSORIA JURÍDICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO, CONFORME PARECER NSAJ Nº 28/2015, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38, DA LEI Nº 8.666/1993 E INCISO X, DO ART. 10, DO DECRETO Nº 47.429/2005.

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO

4.1 O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I-A, ASSIM COMO COM A PROPOSTA VENCEDORA DA EMPRESA PARA OS SEGUINTE ITEM, SENÃO VEJAMOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD.	V.UNIT	V. TOTAL
05	BALANÇA ELETRÔNICA: O EQUIPAMENTO DEVERÁ RECEBER CARGA PROVENIENTE DE EMPILHADEIRA, CARRINHO OU OUTRO EQUIPAMENTO AUXILIAR, QUE SEJA DE USO GERAL, COM AS ESPECIFICAÇÕES APROXIMADAS COM CAPACIDADE PARA 2.000 KG, DIVISÃO 200 G, PLATAFORMA COM DIMENSÕES DE 1000x1000 MM E DIMENSÕES A X L X P = 120x240x70, CLASSE DE EXATIDÃO III, APROVADO PELO INMETRO CONFORME PORTARIA 236. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO A GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERMANENTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR OBRIGATORIAMENTE AS CERTIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTES CONTRATOS, SOB A FORMA DE ANEXOS, COMO SE NELE FOSSEM TRANSCRITOS, O SEGUINTE DOCUMENTO:	UNID	2	R\$ 3.312,50	R\$ 6.625,00
V.T					R\$ 6.625,00

4.2 PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTES CONTRATOS, SOB A FORMA DE ANEXOS, COMO SE NELE FOSSEM TRANSCRITOS, O SEGUINTE DOCUMENTO:

- a) TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I E I-A DO EDITAL).

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1 OS OBJETOS SERÃO ENTREGUES CONFORME ABAIXO:

- a) LOCAL DA ENTREGA: DEPARTAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (SESAN/DRES) - AV. ALCINDO CACELA Nº 2631 – BAIRRO CREMAÇÃO – BELÉM – PARÁ.
- b) PRAZO DE ENTREGA: ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, EM REMESSA ÚNICA.
- c) A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ COMUNICAR A DATA E O HORÁRIO PREVISTO PARA A ENTREGA AO ÓRGÃO, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, COM 48 (QUARENTA E OITO) HORAS DE ANTECEDÊNCIA.

5.2 A CONTRATADA DEVERÁ NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS DA EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO, ENTREGAR OS PRODUTOS ACOMPANHADOS DA NOTA FISCAL/NOTA DE ENTREGA JUNTAMENTE COM AS GUIAS DE RECOLHIMENTO DO FGTS E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CASO FIQUE CONSTATADO O VENCIMENTO DAS GUIAS DE FGTS E PREVIDÊNCIA A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR, NO PRAZO CONSTANTE DA SOLICITAÇÃO FEITA PELA ADMINISTRAÇÃO, A SUA REGULARIZAÇÃO.

5.3 A REFERIDA DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ ESTAR VÁLIDA DURANTE TODO O PERÍODO DE ENTREGA DO OBJETO. NO CASO DA VALIDADE EXPIRAR DO DECORRER DESSE PERÍODO, DEVERÁ SER PROVIDENCIADO A SUA REVALIDAÇÃO EM TEMPO HÁBIL PARA NÃO HAVER ATRASOS NA ENTREGA DOS PRODUTOS.

CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

6.1 OBRIGA-SE A CONTRATADA A MANTER, DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL, TODAS AS CONDIÇÕES DEMONSTRADAS PARA HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO EFETUADA, DE MODO A GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, E, DEVERÁ ATUALIZAR OS DOCUMENTOS CUJA VALIDADE EXPIRE DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL, BEM COMO GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS;

6.2 A CONTRATADA DEVERÁ SER INFORMADA SEMPRE QUE HOUVER ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA, ATRAVÉS DO ENVIO DE CÓPIA DO CONTRATO ATUALIZADO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, ALÉM DAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA:

7.1 PROPORCIONAR TODAS AS FACILIDADES PARA QUE O FORNECEDOR POSSA CUMPRIR SUAS OBRIGAÇÕES;

7.2 REJEITAR OS PRODUTOS CUJAS ESPECIFICAÇÕES NÃO ATENDAM, EM QUAISQUER DOS ITENS, AOS REQUISITOS MÍNIMOS CONSTANTES DO ANEXO DESTE TERMO;

7.3 EFETUAR O(S) PAGAMENTO(S) DA(S) NOTA(S) FISCAL (AIS)/ FATURA(S) DA CONTRATADA, APÓS A EFETIVA ENTREGA DOS PRODUTOS, OBSERVANDO AINDA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS;

7.4 NOTIFICAR A EMPRESA CONTRATADA, POR ESCRITO, SOBRE IMPERFEIÇÕES, FALHAS OU IRREGULARIDADES CONSTANTES EM CADA UM DOS ITENS COMPÕEM O OBJETO DESTE TERMO PARA QUE SEJAM ADOTADAS AS MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS;

7.5 PRESTAR TODAS AS INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS QUE VENHAM A SEREM SOLICITADOS PELOS TÉCNICOS DA CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São deveres da CONTRATADA, além dos contidos no Termo de Referência:

8.1 CUMPRIR COM O OBJETO EM CONFORMIDADE COM O DETALHAMENTO EXPRESSO NO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA, E OBSERVADAS AS NORMAS CONSTANTES DESTE INSTRUMENTO;

8.2 ASSUMIR OS ÔNUS E RESPONSABILIDADES PELO RECOLHIMENTO DE TODOS OS TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS QUE INCIDAM OU VENHAM A INCIDIR SOBRE O OBJETO DESTE TERMO;

8.3 ARCAR COM TODAS AS DESPESAS, DIRETAS OU INDIRETAS DECORRENTES DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS;

8.4 RESPONSABILIZAR-SE PELA INDENIZAÇÃO, EM VALOR COMPATÍVEL COM OS DOS MATERIAIS TRANSPORTADOS, EM VIRTUDE DE DANOS, AVARIAS E ROUBOS QUE LHE VENHAM A SER CAUSADOS, AINDA QUE DECORRENTE DE ACIDENTES DE TRÂNSITOS, INTEMPÉRIES, ROUBOS, FURTOS OU OUTRAS RAZÕES;

8.5 SUJEITAR-SE A MAIS AMPLA E IRRESTRITA FISCALIZAÇÃO POR PARTE DO SERVIDOR INDICADO PELA CONTRATANTE PARA ACOMPANHAMENTO DO OBJETO EM QUESTÃO, PRESTANDO TODOS OS ESCLARECIMENTOS QUE LHE FOREM SOLICITADOS E ATENDENDO ÀS RECLAMAÇÕES FORMULADAS;

8.6 A CONTRATADA DEVERÁ MANTER AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO DURANTE TODA A VIGÊNCIA DO CONTRATO.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Os OBJETOS SERÃO ENTREGUES CONFORME ABAIXO:

a) Local da Entrega: Departamento de Resíduos Sólidos (SESAN/DRES) - Av. Alcindo Cacela nº 2631 – Bairro Cremação – Belém – Pará.

b) Prazo de Entrega: até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato.

c) A licitante vencedora deverá comunicar a data e o horário previsto para a entrega ao órgão, no horário de expediente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

9.2 O OBJETO DESTA LICITAÇÃO SERÁ RECEBIDO POR SERVIDOR DESIGNADO OU COMISSÃO, NA FORMA DO ART. 15, §8º, DA LEI 8.666/93, NOS PRAZOS E NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO REFERIDO TERMO DE REFERÊNCIA, SENDO ATESTADOS, MEDIANTE TERMO CIRCUNSTANCIADO, E SERÃO RECEBIDOS:

a) **Provisoriamente:** no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações contidas no Termo de Referência, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório;

b) **Definitivamente:** no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

9.3 O RECEBIMENTO DEFINITIVO NÃO EXCLUI AS RESPONSABILIDADES CIVIL E PENAL DA CONTRATADA.

9.4 CABERÁ AO SERVIDOR DESIGNADO REJEITAR TOTALMENTE OU EM PARTE, QUALQUER PRODUTO QUE NÃO ESTEJA DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS, OU AQUELE QUE NÃO SEJA COMPROVADAMENTE DE BOA QUALIDADE, BEM COMO DETERMINAR PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO EVENTUALMENTE FORA DE ESPECIFICAÇÃO.

9.4.1 OS BENS ENTREGUES EM DESACORDO COM O ESPECIFICADO NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E NA PROPOSTA DA CONTRATADA SERÃO REJEITADOS PARCIALMENTE OU TOTALMENTE, CONFORME O CASO, OBRIGANDO-SE A CONTRATADA A SUBSTITUI-LOS (POR COMPLETO) NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS.

9.5 O RECEBIMENTO DE MATERIAL DE VALOR SUPERIOR A R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) SERÁ CONFIADO A UMA COMISSÃO DE, NO MÍNIMO, 3 (TRÊS) MEMBROS, DESIGNADOS PELA AUTORIDADE COMPETENTE.

CLÁUSULA DECIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O PREÇO AJUSTADO SERÁ TOTAL, FIXO E DEFINITIVO, EXPRESSO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

10.2 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS SUBSEQÜENTES AO FORNECIMENTO TOTAL DOS OBJETOS, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DA FATURA (NOTA FISCAL) DEVIDAMENTE ATESTADA E VISADA PELO SETOR COMPETENTE, APÓS CONFERÊNCIA DAS QUANTIDADES E DA QUALIDADE DO MESMO.

10.3 O PAGAMENTO SERÁ CREDITADO EM FAVOR DA CONTRATADA, POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA JUNTO À AGÊNCIA BANCÁRIA INDICADA NA DECLARAÇÃO FORNECIDA PELO LICITANTE, CONTADOS DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS MATERIAIS E MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS FISCAIS LEGALMENTE EXIGÍVEIS E DEVIDAMENTE ATESTADOS PELO SERVIDOR/COMISSÃO DE RECEBIMENTO.

10.4 SERÁ PROCEDIDA CONSULTA "ONLINE" JUNTO AO SICAF E A CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS - CNDT ANTES DE CADA PAGAMENTO A SER EFETUADO A CONTRATADA, PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO, CUJOS RESULTADOS SERÃO IMPRESSOS E JUNTADOS AOS AUTOS DO PROCESSO PRÓPRIO. CASO FIQUE CONSTATADO O VENCIMENTO DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DO FGTS E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR, NO PRAZO CONSTANTE DA SOLICITAÇÃO FEITA PELA ADMINISTRAÇÃO, A SUA REGULARIZAÇÃO.

10.5 NO CASO DE ATRASO DE PAGAMENTO, DESDE QUE A CONTRATADA NÃO TENHA CONCORRIDO DE ALGUMA FORMA PARA TANTO, SERÃO DEVIDOS PELA CONTRATANTE ENCARGOS MORATÓRIOS À TAXA NOMINAL DE 6% A.A. (SEIS POR CENTO AO ANO), CAPITALIZADOS DIARIAMENTE EM REGIME DE JUROS SIMPLES.

10.6 NO CASO DE EVENTUAL ATRASO DE PAGAMENTO POR CULPA COMPROVADA DA CONTRATANTE, O VALOR DEVIDO DEVERÁ SER ACRESCIDO DE MULTA DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA, APURADOS ENTRE A DATA DE VENCIMENTO DA NOTA FISCAL E A DO EFETIVO PAGAMENTO, EM QUE OS JUROS DE MORA SERÃO CALCULADOS A TAXA DE 0,5% (MEIO POR CENTO) AO MÊS, OU 6% (SEIS POR CENTO) AO ANO, MEDIANTE APLICAÇÃO DA SEGUINTE FÓRMULA:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

ONDE:

I = ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

TX = PERCENTUAL DA TAXA DE JUROS DE MORA ANUAL – 6% / ANO

VP = VALOR DA PARCELA EM ATRASO

EM = ENCARGOS MORATÓRIOS

N = NÚMERO DE DIAS ENTRE A DATA PREVISTA PARA O PAGAMENTO E A DO EFETIVO PAGAMENTO

10.7 CASO HAJA APLICAÇÃO DE MULTA, O VALOR SERÁ DESCONTADO DE QUALQUER FATURA OU CRÉDITO EXISTENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO, EM FAVOR DA CONTRATADA. CASO ESSE VALOR SEJA SUPERIOR AO CRÉDITO EVENTUALMENTE EXISTENTE, A DIFERENÇA SERÁ COBRADA ADMINISTRATIVAMENTE OU JUDICIALMENTE, SE NECESSÁRIO.

10.8 CASO SE FAÇA NECESSÁRIA A REAPRESENTAÇÃO DE QUALQUER NOTA FISCAL/FATURA, POR CULPA DA CONTRATADA, O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS REINICIAR-SE-Á A CONTAR DA RESPECTIVA REAPRESENTAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA

11.1 CABERÁ AO TITULAR DO ÓRGÃO, OU SERVIDOR EXPRESSAMENTE DESIGNADO, A ATESTAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS, FATURAS E RECIBOS, OBJETO DESTA LICITAÇÃO, PARA EFEITO DE PAGAMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS AO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO ESTÃO ASSEGURADOS NA SEGUINTE FUNCIONAL:

ÓRGÃO: 2. 10 SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO

UNIDADE: 21 SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO
FUNÇÃO: 17 SANEAMENTO
SUB FUNÇÃO: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 0009 BELÉM METRÓPOLE
PROJETO/ ATIVIDADE: 1041 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DE RESÍDUOS SÓLIDOS
CATEGORIA DESPESA: 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE: 0100000000 RECURSO DO TESOIRO MUNICIPAL
FUNDO FINANCEIRO: 999 APLICAÇÕES GERAIS



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PREÇO

13.1 O VALOR DO CONTRATO É DE R\$ 6.625,00 (SEIS MIL, SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).

13.2 NO VALOR ACIMA ESTÃO INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS ORDINÁRIAS DIRETAS E INDIRETAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, INCLUSIVE TRIBUTOS E/OU IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS INCIDENTES, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, MATERIAIS DE CONSUMO, SEGURO E OUTROS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1 EVENTUAIS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS REGER-SE-ÃO PELA DISCIPLINA DO ARTIGO 65 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

14.1.1 A CONTRATADA FICA OBRIGADA, A ACEITAR NAS MESMAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, OS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS, ATÉ O LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL ATUALIZADO DA CONTRATAÇÃO.

14.1.2 AS SUPRESSÕES RESULTANTES DE ACORDOS CELEBRADOS ENTRE OS CONTRATANTES PODERÃO EXCEDER O LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO).

14.2 A CONTRATANTE PODERÁ SOLICITAR MODIFICAÇÕES, ACRÉSCIMOS OU REDUÇÕES DO OBJETO DESTE CONTRATO, DESDE QUE, APÓS CONSULTA À CONTRATADA, AS MESMAS SEJAM CONSIDERADAS VIÁVEIS;

14.3 SE TAIS MODIFICAÇÕES OU ALTERAÇÕES REPERCUTIREM NO PREÇO PACTUADO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA OU NO PRAZO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÃO ACORDADOS AJUSTES APROPRIADOS, QUE DEVERÃO SER FORMALIZADOS, ATRAVÉS DO TERMO ADITIVO, OBEDECENDO AO PRAZO DE CONVOCAÇÃO ESTIPULADO PELA ADMINISTRAÇÃO, CONSOANTE O ART. 64, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O LICITANTE QUE CAUSAR O RETARDAMENTO DO ANDAMENTO DO CERTAME, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, DESISTIR DO LANCE OFERTADO, FRAUDAR DE QUALQUER FORMA O PROCEDIMENTO DESTA LICITAÇÃO; OU O VENCEDOR QUE, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA, DEIXAR DE ENTREGAR DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL, APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA, NÃO ASSINAR O CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE, FALHAR OU FRUSTRAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO, FIZER DECLARAÇÃO FALSA OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ SUJEITO ÀS SEGUINTE PENALIDADES, SEGUNDO A EXTENSÃO DA FALTA COMETIDA, EM OBSERVÂNCIA AO DIREITO À PRÉVIA DEFESA:

Ocorrência	Penalidades que poderão ser aplicadas
Não assinar o Contrato, ou não retirar a Nota de Empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.	1. Impedimento de licitar com o Município de Belém pelo período de 2 (dois) anos. 2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor registrado no Contrato, a juízo da Administração.
Entregar o objeto fora do prazo estabelecido.	3. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Não efetuar a troca do objeto, quando notificado.	4. Impedimento de licitar com o Município de Belém pelo período de 1 (um) ano. 5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.

Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	6. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Deixar de entregar documentação exigida neste Edital.	7. Impedimento de licitar com o Município de Belém pelo período de 1 (um) ano. 8. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item.
Não manter a proposta ou desistir do lance.	9. Impedimento de licitar com o Município de Belém pelo período de 1 (um) ano. 10. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de sua proposta ou lance, a juízo da Administração.
Comportar-se de modo inidôneo.	11. Impedimento de licitar com o Município de Belém pelo período de 2 (dois) anos. 12. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, a juízo da Administração.
Fizer declaração falsa.	13. Impedimento de licitar com o Município de Belém pelo período de 2 (dois) anos. 14. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, a juízo da Administração.
Apresentar documentação falsa.	15. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 16. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 17. Comunicar ao Ministério Público Estadual.
Cometer fraude fiscal.	18. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 19. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 20. Comunicar ao Ministério Público Estadual.
Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital do presente pregão eletrônico, em que não se comine outra penalidade.	21. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do instrumento contratual, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Inexecução total.	22. Impedimento de licitar com o Município de Belém pelo período de 2 (dois) anos.
Inexecução parcial do objeto.	23. Impedimento de licitar com a Prefeitura Municipal de Belém pelo período de 1 (um) ano. 24. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.

15.2. NA HIPÓTESE DA MULTA ATINGIR O PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DO SERVIÇO, O ÓRGÃO PODERÁ PROCEDER A RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO, HIPÓTESE EM QUE A CONTRATADA TAMBÉM SE SUJEITARÁ ÀS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NESTE EDITAL.

15.3. AS MULTAS PORVENTURA APLICADAS SERÃO DESCONTADAS DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELO ÓRGÃO OU COBRADAS DIRETAMENTE DA EMPRESA PENALIZADA, AMIGÁVEL OU JUDICIALMENTE, E PODERÃO SER APLICADAS CUMULATIVAMENTE ÀS DEMAIS SANÇÕES PREVISTAS NESTA CLÁUSULA.

5/8
Ed

15.2

15.3

15.4. A DEFESA A QUE ALUDE O CAPUT DESTES ITENS DEVERÁ SER EXERCIDA PELO INTERESSADO NO RESPECTIVO PROCESSO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS A CONTAR DA SUA NOTIFICAÇÃO, PODENDO OCORRER A JUNTADA DE DOCUMENTOS E SEREM ARROLADAS ATÉ 03 (TRÊS) TESTEMUNHAS.

15.5. SERÃO CONSIDERADOS INJUSTIFICADOS, OS ATRASOS NÃO COMUNICADOS TEMPESTIVAMENTE E INDEVIDAMENTE FUNDAMENTADOS, E, A ACEITAÇÃO DA JUSTIFICATIVA FICARÁ A CRITÉRIO DO ÓRGÃO QUE DEVERÁ EXAMINAR A LEGALIDADE DA CONDUTA DA CONTRATADA.

15.6. COMPROVADO IMPEDIMENTO OU RECONHECIDA FORÇA MAIOR, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO E ACEITO PELO ÓRGÃO, CONFORME PROCEDIMENTO ESBOÇADO NO SUBITEM ANTERIOR, A CONTRATADA FICARÁ ISENTA DAS PENALIDADES MENCIONADAS NO SUBITEM 15.1.

15.7. AS PENALIDADES SERÃO OBRIGATORIAMENTE REGISTRADAS NO SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF, E NO CASO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A LICITANTE SERÁ DESCREDECENCIADA POR IGUAL PERÍODO, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS NESTE EDITAL, SEUS ANEXOS, E NAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. CONSTITUEM MOTIVOS PARA A RESCISÃO A INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO, ALÉM DAS HIPÓTESES LEGALMENTE PREVISTAS NO ART. 78 DA LEI 8.666/93, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS.

Parágrafo primeiro - A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Assegura-se ao CONTRATANTE, no caso de rescisão culposa, sem prejuízo das sanções cabíveis, os direitos estabelecidos no art. 80 da Lei 8.666/93

Parágrafo segundo - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo terceiro - Quando a rescisão ocorrer com base nos Incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, comprovados mediante processo administrativo, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pelo fornecimento efetivado prestado em decorrência da execução do Contrato até a data da rescisão.

Parágrafo quarto - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, além das sanções previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. A EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO, BEM COMO OS CASOS OMISSOS, REGULAR-SE-ÃO PELAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PELOS PRECEITOS DE DIREITO PÚBLICO, APLICANDO-SE-LHES, SUPLETIVAMENTE, OS PRINCÍPIOS DA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS E AS DISPOSIÇÕES DE DIREITO PRIVADO, NA FORMA DO ARTIGO 54 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, COMBINADO COM INCISO XII DO ARTIGO 55 DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA

18.1. A VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA, COM EFICÁCIA APÓS A PUBLICAÇÃO DO SEU EXTRATO NO DOM. O PRESENTE PRAZO DE VIGÊNCIA SE JUSTIFICA EM RAZÃO DO PRAZO DE GARANTIA DO PRODUTO, O QUAL, TAMBÉM, É DE 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REGISTRO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO CONTRATO

19.1. O PRESENTE CONTRATO DEVERÁ SER REGISTRADO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS CONFORME PRESCREVE O ART. 3º IV DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2003-TCM

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. O CONTRATANTE PROVIDENCIARÁ A PUBLICAÇÃO DESTES CONTRATOS, POR EXTRATO, NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, EM OBSERVÂNCIA AOS PRAZOS LEGAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1 AS PARTES ELEGEM O FORO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, NA CIDADE DE BELÉM, PARA DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS QUE SURTIREM NA EXECUÇÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO.

319

21.2 E, PARA FIRMEZA E COMO PROVA DE ASSIM HAVEREM, ENTRE SI, AJUSTADO E CONTRATADO, LAVROU-SE O PRESENTE CONTRATO EM 03 (TRÊS) VIAS, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, SEM RASURAS OU EMENDAS, NA PRESENÇA DE 02 (DUAS) TESTEMUNHAS.

Belém, 25 de JUNHO de 2015.


DINO RAUL CAVET
Secretaria Municipal de Saneamento
P/ CONTRATANTE




Marcos Ribeiro Júnior
K. C. R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 -

Nome:

RG:



2 -

Nome:

RG:

